



O papel idealizado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em sua criação

POR PAULINO JOSÉ ORSO

paulinorso@uol.com.br

Uma das observações feitas por Karl Marx nas Teses sobre Feuerbach foi de que ao longo da História a Filosofia tem se prestado mais à interpretação da sociedade de diferentes maneiras do que para transformá-la. Entretanto, diga-se de passagem, que quando se fala em transformação, nem sempre significa que ela está voltada para a superação das condições sociais existentes, para a superação da sociedade de classes. Muitas vezes ela tem sido pensada exatamente no sentido contrário, no sentido de conservação do *status quo*. Este, por exemplo, foi o papel atribuído à Filosofia na FFCL da USP – construir e consolidar um projeto burguês de educação e sociedade no Brasil. Neste artigo pretendemos explicitar o papel atribuído à FFCL inerente ao projeto de criação da Universidade brasileira, a Universidade de São Paulo, pensada e organizada para servir de modelo às demais universidades a serem criadas a partir daí.

Para compreender o papel exercido pela FFCL da USP na criação da Universidade Brasileira é preciso ter presente as circunstâncias em que foi criada. Por isso, faremos um recuo para recuperarmos a história pregressa.

Apesar da Universidade Brasileira ter sido criada somente no segundo quartel do século XX, ou seja, 351 anos após a primeira tentativa feita pelo jesuíta Marçal Beliarde, os primeiros projetos propondo sua criação remontam ao século XVI. Isto, porém, não foi uma decorrência da falta de apresentação de projetos com esta finalidade. Somente durante o Império foram apresentados mais de 40, ou mais especificamente, 42 projetos com esta finalidade. Mas não foram apenas estes. Outros já haviam sido apresentados durante o período colonial e ainda outros seriam apresentados após a Proclamação da República. No entanto, as disputas entre católicos, positivistas, liberais e cientificistas pelo controle da instituição a ser criada impedia que ela se efetivasse. No



entanto, apesar do interesse dos liberais na criação da universidade, foram eles os maiores responsáveis pelo atraso na sua criação. O impedimento ocorreu até o momento em que o liberalismo mudou sua concepção em relação ao papel do Estado na educação e na sociedade¹, bem como até o momento em que se certificaram de que haviam sido criadas as condições adequadas para que eles garantissem o controle dessa instituição.

Ao invés do ensino “desinteressado”, o Ensino Superior e a Universidade, historicamente têm sido utilizado como um importante meio de formação de quadros para a gestão dos interesses das classes dominantes. Contudo, o enrigecimento na defesa dos princípios liberais do momento, acabou provocando a carência de pessoal com formação ideológica e burocrática para conduzir os destinos do país de acordo com seus interesses.

Porém, aquilo que provocou um processo de desenvolvimento também conduziu à sua crise, ou seja, a luta contra as barreiras mercantis e alfandegárias e a defesa do *laissez-faire*, se por um lado, provocou um grande desenvolvimento comercial e industrial, acabou provocando uma crise de superprodução, a crise do final dos anos 20 e início da década de 30 do século XX. Com isso, “mesmo contra sua vontade”, inverteram sua posição e passaram à defesa da intervenção estatal como meio de salvar o liberalismo e o capitalismo que se encontravam ameaçados.

Todavia, junto com a crise econômica, sobreveio a crise social e política. Vide as disputas para a presidência da república que questionavam a chamada “política do café com leite” (1921); a Semana da Arte Moderna, que reagia à importação de modelos (1922); o Levante do Forte de Copacabana, que tentava realizar uma revolução política e social (1922); o primeiro Levante dos Tenentes, movimento de reação às oligarquias

¹ Desde a fisiocracia, passando pelos economistas clássicos e atingindo o limiar do século XX, os liberais defendiam e continuam defendendo o *laissez-faire*, isto é, que o Estado intervenha o mínimo possível na sociedade, o suficiente para garantir o império da lei. Isto os impedia de admitir a criação da universidade partindo de projetos oficiais, vistos por eles como centralizadores. Assim, ela somente é criada quando o estado deixa de ser “liberal”, isto é, quando ao invés de defender o *laissez-faire*, passa a defesa do intervencionismo, ou se quiser, do Keynesianismo.



e de luta pela renovação política, que se inicia em 1922 e concretiza-se em 1930; a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922); o segundo Levante dos Tenentes, que foi um desdobramento do primeiro levante (1924); o início da Coluna Prestes (1924); o estado de sítio decretado durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926); a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, em função das disputas políticas; a cisão das oligarquias e o surgimento do Partido Democrático (SP), do Partido Liberal (RS); a formação da Aliança Liberal, que rompia com a “política do café com leite” (1929); enfim, a crise econômica de 1929. Além destes movimentos, se observarmos temporariamente um pouco antes, dentre outros, veremos também a Confederação do Equador, em Pernambuco (1824); a Revolta dos Cabanos, no Pará (1835-1836); a Revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845); a Balaiada, no Maranhão (1830-1841); a Sabinada, na Bahia (1837-1838) e várias outras revoltas em Pernambuco e a Guerra do Contestado, no Centro-Oeste de Santa Catarina (1913-1916).

Se não bastassem estes fatos, outros dois importantes vieram agravar ainda mais a situação e fazer com que a classe dominante, mais especificamente, a oligarquia cafeeira paulista, despertasse e percebesse que lhe faltavam quadros preparados para gerir o aparato burocrático, ideológico e repressivo por excelência, de acordo com seus interesses. Em 1930 a oligarquia cafeeira paulista perdeu o controle político do Estado brasileiro e, em 1932, também é derrotada na “Revolução” Constitucionalista, quando intentava dar um golpe e recuperar o poder político.

Com as mudanças no liberalismo, com a Proclamação da República, com as mudanças que foram ocorrendo nas relações sociais, políticas e econômicas, diante da imensidão do país, diante dos inúmeros conflitos que haviam ocorrido e que poderiam colocar em risco a integração e a unidade do país ou derivar para o comunismo, que amedrontava os liberais e as elites, tendo presente o exemplo da França, como lembra Armando de Salles Oliveira, o interventor paulista – nomeado por Getúlio Vargas – que criou a Universidade de São Paulo (USP), os liberais não ficaram de braços cruzados.

A defesa do ‘ideário liberal’ foi o meio encontrado a fim de ‘funcionalizar’ o ‘desajuste’ entre as forças sociais emergentes e harmonizar os antagonismos



com os ideais de paz social, harmonia entre as classes, luta contra o ‘atraso social’ e econômico e generalização do bem-estar².

Para a defesa do ideário liberal, a elite paulistana lançou mão da criação da USP. Pois, como alertava Rui Barbosa, ‘se quereis (...) cimentar a ordem necessária das sociedades em bases estáveis, é na escola que deveis lançar. (...)’³. E seguindo este espírito, já na década de 20, do ponto de vista universitário, levanta-se uma voz

de certa forma isolada que leva adiante essa consciência da universidade como algo absolutamente necessário para realizar os ideais da nacionalidade (...) e essa voz é a de Júlio de Mesquita Filho. Ele publica, em 1925, um livro que se chama *A Crise Nacional* em que uma das idéias fundamentais é a de que o Brasil precisa de universidade, de uma verdadeira revolução espiritual para que possa alcançar os seus destinos⁴.

Júlio de Mesquita Filho e seu cunhado Armando de Salles Oliveira tinham muita clareza dos motivos que os levava à criação da universidade. Depois do desfecho da Revolução de 32 e de São Paulo aparecer diante da Federação como um Estado vencido, diz Salles Oliveira, era mister apagar nos paulistas as mágoas que levaram alguns a rumos em que o desespero falava mais forte do que a razão e impunha-se um esforço ingente a fim de reconquistar para o Estado o seu lugar na história⁵. Nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, tratava-se de “restaurar-se na plenitude, o prestígio de São Paulo na política brasileira”⁶.

De acordo com Mesquita Filho, citado por Beatriz A. Fétizon,

(...) o problema brasileiro era (...) de cultura (...). Atribuída ‘à série infinita de erros praticados dentro das fronteiras de nosso estado pela ditadura à mentalidade primária de seus prepostos, não pareceria menos evidente que *só uma reforma radical do aparelhamento escolar e a instauração de uma rigorosa política educacional poderia evitar a catástrofe final*. (...) Vencidos pelas armas (...), paulistas até a medula (...), que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o

² CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 11.

³ Cf. NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro. *Pedagogia conservadora liberal modernizadora*. Campinas –SP: Autores Associados-FE/Unicamp, 1997, pp. 119-120.

⁴ BARROS, Roque S. M. de. Roque Spencer e a História das idéias no Brasil. Entrevista concedida a Benedito Ferri de Barros e publicada no *Jornal da Tarde*. 11/04/87.

⁵ Cf. PACHECO E SILVA, A. C. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: Livraria Editora Martins S. A., 1966, p. 104.

⁶ Cf. CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 51.



vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República do que a Universidade?⁷.

Mesquita Filho também tinha muita clareza quanto à finalidade da universidade que idealizava. Pensava numa instituição de “alta cultura” para realizar uma revolução espiritual interna através da qual o país poderia alcançar os destinos comuns da humanidade; para livrar o país do comunismo, “do mal imenso, do mal sem cura, que é a desagregação da República, pela ação dissolvente da politicalha surda e cega ou pela invasão de ideologias subversivas”⁸; para promover a “*adaptação definitiva da democracia ao Brasil*”⁹.

A grande preocupação era formar e reciclar as elites para que, depois de “derrotadas pelas armas”, os paulistas pudessem recuperar o poder e a hegemonia perdidas na Revolução de 30. A universidade deveria estar voltada para a formação da elite e para a seleção dos mais capazes. Ao ser criada a USP, afirmava Salles Oliveira, “Dispomos agora de instrumento através do qual se prepararão as nossas elites dirigentes. Daqui continuarão a sair (...) homens que se destinam ao exercício da inteligência aplicada e que constituirão, sobretudo, os grupos de profissionais e do funcionalismo”¹⁰.

Mas como dar conta deste projeto? Salles Oliveira tinha presente a intenção de criar “um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais”; “a Universidade de São Paulo”, afirmava ele, “é a primeira semente do Brasil novo”¹¹. Assim, inspirada numa cultura liberal, a Universidade de São Paulo não deveria voltar-se para o conjunto da população, nem apenas para a cultura, para a ciência “desinteressada” e para a técnica, mas “para servir de centro de irradiação da doutrina da Unidade Nacional, paladina dos princípios democráticos, capazes de formar uma elite de dirigentes compenetrados dos seus

⁷ Citado por FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. Faculdade de Educação, antecedentes e origem. In: *Revista Estudos Avançados*. Vol. 8 – nº 22, setembro / dezembro, 1994, p. 365.

⁸ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. Op. Cit, p. 55.

⁹ FILHO, Júlio de Mesquita. *A Crise Nacional*. São Paulo: Seção de Obras de “O Estado de S. Paulo”, 1925, p. 3. Cf. também BARROS, Roque S. M. de. Júlio de Mesquita Filho e o pensamento liberal. In: BARROS, Roque S. M. de. *Estudos Liberais*. Londrina: Editora da UEL, 1997, pp. 117, 131.

¹⁰ PACHECO E SILVA, A. C. Op. Cit, p. 122.

¹¹ Sobre seu túmulo, situado no cemitério ao lado da Rua da Consolação, em São Paulo, foi erguida na vertical, uma vagem representando a universidade, a semente que havia criado, da qual deveria surgir um novo país.



deveres para com a Pátria e para com a Sociedade”. A universidade deveria ser a “Alma Mater” que inspiraria os estudantes durante toda vida. Para Salles Oliveira a universidade era vista numa relação tão íntima com a unidade nacional que “sempre que se referia à Universidade tinha diante de si a imagem da Pátria, confundindo-a por vezes num só pensamento”¹².

Segundo Pacheco e Silva, por volta de 1950, Mesquita Filho explicava à sua maneira os motivos que haviam levado à criação da universidade. Afirmava ele:

Ela brotava no espírito daqueles que, desde 1922, viam que o Brasil se encaminhava para uma solução violenta da sua crise política. E, depois da derrota de São Paulo em 1932 que significou um profundo golpe na democracia em nosso país, mais necessária se tornou, ainda, uma reforma profunda no país. Politicamente, não se poderia conseguir isso, mas a tarefa seria possível se se lograsse atingir a consciência dos moços. Assim, meditando no exílio, chegou-se à idéia de que, sem uma reforma total do ensino nacional, jamais o Brasil sairia do caos. A análise dos motivos que levaram o país ao círculo revolucionário, que culminou em 1930, estava a demonstrar à geração do orador que, caso lhe fosse possível retornar um dia ao poder, necessário se impunha reformar o mecanismo cultural do país da civilização latina ocidental e aos quais incumbia a formação das elites pensantes. Todos conheciam a divisa da Faculdade de Filosofia: ‘Scientia vinces’, mas nem todos sabiam que, de fato, essa divisa queria significar: ‘Vencido pelas armas, Paulista, vencerás pela Cultura’, divisa que exprimia o pensamento íntimo dos fundadores da Universidade de São Paulo¹³.

Esta era a conclusão a que chegaram Mesquita Filho e Salles Oliveira enquanto se encontravam no exílio e refletiam sobre os problemas do país e seu destino. Agora, a universidade, o campo espiritual, e não mais as trincheiras, o campo de batalha militar, era escolhida como a arma para forjar um projeto nacional e reorganizar o país.

Dessas inquietações nascia a USP e a FFCL, que seria

a alma do empreendimento, inspirado no melhor do espírito bandeirante (...) e politicamente voltado, após o malogro da Revolução Constitucionalista de 1932, para a construção e modernização do Brasil, a partir da liderança cultural e moral de São Paulo, derrotado pelas armas mas indomado no espírito. No seu (de Júlio de Mesquita Filho) discurso de paraninfo da primeira turma de licenciado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 25 de janeiro de 1937, ele disse: ‘Ao sairmos da revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que (...) só uma reforma radical do aparelhamento

¹² PACHECO E SILVA, A. C. Op. Cit. pp. 119, 120, 121, 122, respectivamente.

¹³ Cf. PACHECO E SILVA, A. C. Op. Cit. p. 124.



escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderia evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e de 32 nada mais faziam do que prenunciar'. E essa reforma radical, há muito ele a sonhava¹⁴.

Se antes a oposição à criação da universidade ocorria, sobretudo, devido ao medo da centralização, agora a criação da universidade é defendida exatamente como forma de fazer frente às atitudes centralizadoras, mas com um outro modelo que deveria atingir todo o país. Assim, a reforma educacional e a reforma política, a universalização do voto – que “incorporaria a massa da população rural, tradicionalmente conservadora” – representava o “roteiro da revolução” de Mesquita Filho, *a nossa revolução gloriosa* ou, como diria Florestan Fernandes, a “revolução dentro da ordem”, que garantiria o equilíbrio político indispensável para o bom andamento das instituições. Dessa forma, promover-se-ia uma revolução, pacífica, democrática, através do voto, completada pela reforma educacional. A preocupação de Mesquita Filho, portanto, era de, através da reforma educacional, da criação da universidade promover uma contra-revolução pacífica e “implantar definitivamente a democracia no Brasil”. Ou como já havia dito Antonio Carlos, trata-se de “fazer a revolução antes que o povo a faça”.

Todavia, para dar vida a esta instituição de forma a cumprir com esta “missão”, não bastava criá-la e entregá-la à sociedade de qualquer forma. Assim, junto com a criação da USP também foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com uma finalidade bem precisa – servir de elo articulador de toda a vida universitária e desta com a sociedade.

Dentro desta perspectiva, o papel mais importante da universidade deveria ser desempenhado pela FFCL. A ela foi destinada a função de ser o “coração da universidade”, capaz de dar sentido e articular todas as áreas e instituições de ensino, bem como desenvolver “a cultura desinteressada”; deveria proporcionar às elites pensantes brasileiras um lastro cultural básico e legar a elas uma linguagem comum em

¹⁴ BARROS, Roque S.M. de. Júlio de Mesquita Filho e Universidade. BARROS, Roque S.M. de. *Estudos Brasileiros*. Londrina: Editora da UEL, 1997, p. 115. (Segundo parêntese nosso)



termos de ciência e dos valores a serem propagados; caberia a ela preparar os formadores e formar a mentalidade das novas gerações.

Em matéria de Filosofia e de Ciência, Mesquita Filho propunha um projeto com base no modelo germânico, o modelo humboldtiano, no qual haveria uma unidade encarregada de ministrar o ensino básico, em que a pesquisa e o ensino deveriam funcionar indissociadamente. De acordo com este projeto, antes o aluno deveria cursar as disciplinas básicas e depois dirigir-se à escola profissional, como a Politécnica, a Medicina ou o Direito, para completar sua formação. O ensino básico, a filosofia, a ciência pura, as letras, de acordo com Mesquita Filho deveriam ser ministradas pela Faculdade de Filosofia. “À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada ao mesmo tempo, competia desempenhar o papel de Instituto central da Universidade, recebendo os alunos de todas as Faculdades para o ensino teórico da filosofia, das ciências e das letras”¹⁵.

Dentro da perspectiva liberal, a universidade passou a ser vista como o meio mais adequado de combater a desintegração dos conhecimentos humanos. Contrapondo-se à fragmentação do saber, defendiam que a essência da formação universitária consistia na consciência da unidade fundamental dos conhecimentos humanos.

Pensada nestes termos a criação da universidade de São Paulo, como diz João Eduardo Villalobos, foi um dos mais importantes acontecimentos do país. Para ele,

um dos acontecimentos mais decisivos para a vida cultural do país foi a criação de suas primeiras universidades, particularmente a de São Paulo, que *iria servir de modelo às demais*. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, criada, com a intenção de se constituir no núcleo da Universidade, seria o primeiro instituto de cultura livre e de pesquisa científica de alto nível a ser criado no Brasil e viria a provocar uma verdadeira revolução no ensino superior, pela aplicação de modernos métodos de estudo e pela moderna noção de cultura que procurava implantar. Dela provinham as melhores esperanças na formação de uma elite culta e consciente da realidade nacional e que pudesse a ela servir. Com a criação de faculdades de filosofia tomavam-se também as primeiras medidas concretas no sentido da preparação eficiente de professores

¹⁵ BARROS, Roque S. M. de. O desenvolvimento da idéia de Universidade no Brasil. In: BARROS, Roque S. M. de. *Estudos Brasileiros*. Londrina: editora da UEL, 1997, p. 55.



secundários e normais, atendendo-se à necessidade da expansão desses tipos de ensino médio e o seu aprimoramento qualitativo¹⁶.

Villalobos também deixa clara a preocupação de, através da universidade, formar os formadores que iriam atuar na preparação dos professores secundários e normalistas. Daí a importância da FFCL e a exigência de que todos os alunos passassem por ela para receber as noções básicas de cidadania, de acordo com os princípios liberais. Como se percebe, mais do que um projeto de universidade estava em questão um projeto de nação e de sociedade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de certa forma, seguia as aspirações dos velhos republicanos e da Reforma Sampaio Dória, proposta em 1920. Foi criada com as seguintes finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades culturais de ordem teórica ou aplicada;
- b) preparar candidatos aos cargos docentes, técnicos e administrativos do sistema de ensino;
- c) realizar pesquisas e formar pesquisadores nos vários domínios da cultura que constituem o objetivo de suas atividades;
- d) preparar, mediante cursos básicos de nível superior, candidatos à formação profissional em outros institutos universitários;
- e) manter atividades extra-curriculares nos diversos setores do saber, bem como desenvolver e estimular outras atividades culturais e sociais¹⁷.

Para Mesquita Filho, a FFCL representava a “elite dentro dos domínios da nossa Universidade”, cuja finalidade era criar um “ideal”, uma “consciência coletiva”, uma “mística nacional” a partir da “alta cultura” e dos “estudos desinteressados”. Nesta mesma perspectiva Armando de Salles Oliveira a concebia como o “cérebro da nacionalidade”, o “centro regulador de sua vida psíquica”, a “síntese” do sistema

¹⁶ VILLALOBOS, João Eduardo R. A luta pela Escola Pública e seu significado histórico. In: BARROS, Roque S. M. de (Org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960. pp. 430-431. Nosso destaque.

¹⁷ *GUIA* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1965, p. 07. Organizado sob a coordenação da Professora Maria José Garcia Werebe. Cf. também, *ANUÁRIO* da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Vol. I, 1939-1949, p. 11.



universitário. Através dela, pretendiam construir a “comunhão paulista”, bem como, a comunhão nacional a partir de São Paulo, tendo por base principalmente os princípios defendidos por Mesquita Filho, Salles Oliveira e pelo grupo de intelectuais ligados a eles, o “grupo de *O Estado*”. De acordo com este segmento, à FFCL cabia ser portadora dos “interesses gerais” da nacionalidade.

Enquanto o lugar do ‘refúgio do espírito crítico e objetivo’, do ‘universal’, e especialmente da ‘razão’, assume o significado do lugar onde o conhecimento pode ser elaborado dentro de uma perspectiva de unificação dos interesses sociais. Às demais instituições da Universidade, de caráter profissionalizante, caberia a função da formação e reprodução das elites para os quadros profissionais restritos, para as ‘sociedades secundárias’ em que se secciona a sociedade, incapazes de uma ‘visão política’ montada nos ‘interesses gerais’¹⁸.

Portadora de um projeto político, pedagógico, ideológico e social que pretendia dar respostas aos desafios do momento, a FFCL da USP deveria dar vida e unidade à Universidade recém criada. Dessa forma, inaugurava-se uma nova fase no ensino superior brasileiro. Neste sentido, a FFCL foi criada para ser a

alma-mater do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos *desinteressados*, os quais são a finalidade precípua de uma Universidade realmente digna desse nome, a cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais¹⁹.

Mas, a criação da FFCL também não era suficiente. Tendo em vista que os idealizadores da USP eram liberais exacerbados, para cumprir com o projeto idealizado, além da criação da FFCL, outras medidas somaram-se a essas, era preciso contratar professores que defendiam os mesmos princípios e que estavam comprometidos com esse projeto. Em função disso, pouco depois de publicado o decreto de fundação e organização da FFCL (1934), o Interventor do Estado Armando de Salles Oliveira incumbiu seu

¹⁸ CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982, p. 156.

¹⁹ *GUIA* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1965, p. 07. Nosso destaque. Destacamos desinteressados para chamar atenção de que nada tinha de desinteressado no projeto de criação da USP. Ao contrário disso, havia muitos interesses em questão, como, aliás, já vimos diversas vezes e de formas diferentes no texto acima.



primeiro diretor, o Prof. Theodoro Ramos²⁰, de contratar “einentes professores estrangeiros” para a Faculdade de Filosofia²¹ com essas características.

Para ministrar as disciplinas especializadas e imprimir novos rumos às ciências foram contratados professores da França, da Itália, dos Estados Unidos, da Alemanha, de Portugal, etc. ‘Urgia’, afirma Salles Oliveira, ‘acender um foco de pesquisa e organizá-la como um centro de cultura capaz de influir eficazmente no desenvolvimento dos altos estudos e na renovação do trabalho científico’²². Salles Oliveira e Mesquita Filho consideravam que, em função das condições geográficas e históricas, o Brasil sempre viveu um pouco à margem das grandes correntes de pensamento. Por isso, na tentativa de “queimar algumas etapas” e integrar a sociedade paulista e brasileira no “grande todo da humanidade”, foram contratados “einentes mestres estrangeiros”, para trazer para cá as experiências e os conhecimentos julgados mais desenvolvidos da época.

Para por em funcionamento a Universidade e a sua peça básica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (...) era necessário buscar mestres europeus, convenientemente formados, portadores de uma tradição intelectual que não tínhamos, de métodos de trabalho que, em função do autodidatismo imperante, não se conheciam. Foram as dezenas de mestres estrangeiros que os colaboradores de Júlio de Mesquita Filho buscaram na Europa que permitiram que o sonho, ao menos parcialmente, se tornasse realidade²³.

Como se vê, os liberais defendiam que o Brasil precisava trazer para cá professores estrangeiros, principalmente da França na tentativa de encurtar caminhos, mergulhar na nossa realidade, captar os valores nacionais, formar “grandes homens” para promover a reforma na moral e nos costumes, e, assim, superar o atraso do país em relação à Europa.

²⁰ Entre 1934 e 1950, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve os seguintes diretores: Theodoro Augusto Ramos (1934), Antônio de Almeida Prado (1935-1937), Ernesto de Souza Campos (1937-1938), Alexandre Correa (1938-1939), Alfredo Ellias Júnior (1939-1941), Luiz Ignacio de Anhaia Mello (1941), Fernando de Azevedo (1941-1943), André Dreyfus (1943-1947), Astrogildo Rodrigues de Mello (1947-1950), Euripedes Simões de Paula (1950-?).

²¹ Devido à precariedade e à dispersão das fontes é provável que alguns dos “einentes professores estrangeiros” contratados pela FFCL, não constem da relação que apresentamos aqui.

²² Cf. PACHECO E SILVA, A. C. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: Livraria Editora Martins S. A, 1966, p. 130.

²³ BARROS, Roque S.M. de. Júlio de Mesquita Filho e a Universidade. BARROS, Roque S.M. de. *Estudos Brasileiros*. Londrina: Editora da UEL, 1997, p. 120.



Havia uma preocupação com os “altos estudos”, mas o critério de escolha não era apenas a qualidade e a competência técnica dos mestres. Os idealizadores da USP e da FFCL eram convictamente liberais e sua preocupação era consolidar esse ideário e evitar que o país se desintegrasse e ou derivasse para outras concepções de mundo. Júlio de Mesquita Filho esclarece porque preferiram trazer para cá especialmente professores franceses. Diz ele:

‘Éramos irredutivelmente liberais. Tão liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente’. E, fiel a essa idéia (e com muito tato), para as cadeiras de que dependia diretamente a formação espiritual dos estudantes, isto é, para aqueles estudos que nunca são inteiramente ‘neutros’, preferiram-se mestres franceses, afinados com a tradição ocidental e que repudiavam os credos fascista e nazista²⁴.

Salles Oliveira, por sua vez, justificava do seguinte modo.

Da utilidade dessa coordenação de energia, e dessa disciplina na formação intelectual e moral, que somente as Universidades tornam possível, é exemplo a França. (...) A anarquia, a incerteza, o susto, o conflito das idéias e das ações. A França, continua resistindo. À direita e à esquerda, ao sul e ao norte, os homens batem-se nas ruas ou recorrem às ditaduras para terem a ilusão da ordem. A França, mantida pelos seus homens eminentes, permanece firme na tempestade que a cerca. Não abandonou o regime da Lei. Sufocou todas as sublevações, todos os movimentos de rua. E de onde emana essa força? Da coesão dos grandes espíritos, que se disciplinaram e conjugaram nas Universidades, que está premunindo a França, fará, ainda, a grande força de São Paulo na União e assegurará, estou certo, a unidade nacional²⁵.

Pode-se dizer, portanto, que os criadores da USP viam na universidade um “aparelho de hegemonia, que tem sua especificidade na formação de intelectuais tradicionais e de intelectuais orgânicos da burguesia”²⁶ a serviço de uma causa: pretendiam promover uma “revolução pacífica”, assegurar a unidade nacional e reconquistar a direção política do país.

Como se vê, universidade deveria servir para a construção desse projeto burguês de educação e de sociedade. Mas a sua criação não era suficiente. “Ela se transforma pela

²⁴ Cf. Idem. p. 121.

²⁵ Cf. PACHECO E SILVA, A. C. Op. Cit. p. 120-121.

²⁶ CUNHA, Luiz A. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 10.



primeira vez numa realidade, menos com a criação da própria Universidade de São Paulo e mais com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”²⁷. Como se percebe, também neste caso, a filosofia tem se prestado ou foi utilizada mais para construir um projeto reacionário do que para contribuir com a transformação, ou então, a transformação, de caráter liberal, que foi realizada tinha em vista a conservação do *status quo* existente e evitar a possibilidade de construir outros projetos de sociedade²⁸.

²⁷ BARROS, Roque S. M. de. Roque Spencer e a História das idéias no Brasil. Entrevista concedida a Benedito Ferri de Barros e publicada no *Jornal da Tarde*. 11/04/87.

²⁸ Veja mais sobre a criação da Universidade brasileira, conferindo a Tese de Doutorado. Cf. ORSO, Paulino José. *Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira*. Campinas, Unicamp: Tese de doutorado, 2003.



Bibliografía

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Vol. I, 1939-1949.

BARROS, Roque S. M. de. Júlio de Mesquita Filho e o pensamento liberal. In: BARROS, Roque S. M. de. **Estudos Liberais**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

_____. O desenvolvimento da idéia de Universidade no Brasil. In: BARROS, Roque S. M. de. **Estudos Brasileiros**. Londrina: editora da UEL, 1997.

_____. Roque Spencer e a História das idéias no Brasil. Entrevista concedida a Benedito Ferri de Barros e publicada no **Jornal da Tarde**. 11/04/87.

_____. de. Júlio de Mesquita Filho e a Universidade. BARROS, Roque S.M. de. **Estudos Brasileiros**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Irene R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CUNHA, Luiz A. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. Faculdade de Educação, antecedentes e origem. In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 8 – nº 22, setembro / dezembro, 1994.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Crise Nacional**. São Paulo: Seção de Obras de “*O Estado de S. Paulo*”, 1925.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro. **Pedagogia conservadora liberal modernizadora**. Campinas –SP: Autores Associados-FE/Unicamp, 1997.



ORSO, Paulino José. **Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira.** Campinas, Unicamp: Tese de doutorado, 2003.

PACHECO E SILVA, A. C. **Armando de Salles Oliveira.** São Paulo: Livraria Editora Martins S. A, 1966.

USP. **GUIA** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1965.

VILLALOBOS, João Eduardo R. A luta pela Escola Pública e seu significado histórico. In: BARROS, Roque S. M. de (Org.). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.